

NO RASTRO DO PRAZER: PROBLEMATIZANDO PRÁTICAS SEXUAIS, SOCIABILIDADES E VIOLÊNCIAS

FERNANDO POCAHY Y MANOELA CARPENEDO

1. ENTRE VAPORES E PORNÔS

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa do tipo survey realizada em espaços abertos às homosociabilidades e às práticas sexuais entre “Homens que fazem sexo com outros Homens”(HSH), bem como homens entre homens que assumem identidades referendadas em modelos tidos como minoritários, nas suas diversas nuances “político-semânticas” (categorias clínicas, políticas de resistência, etc, como: gays, homossexuais, entendidos, bissexuais, entre outras). O estudo foi realizado no período do segundo semestre de 2008 e esteve vinculado às ações do Projeto Homossexualidades de Porto Alegre em Cena, realizado pela ONG *nuances –grupo pela livre expressão sexual*, no quadro de financiamento público para o enfrentamento do Hiv/AIDS entre a população HSH. Buscamos com o estudo em questão analisar algumas das tensões que se apresentam no exercício da sexualidade e nas formas de como alguns homens movimentam-se entre culturas sexuais, acesso às políticas de saúde e diante dos estigmas envolvendo a sexualidade e as performances de gênero. Desta forma, algumas das evidências deste estudo nos serviram como possibilidades compreensão à trama corpo, gênero e sexualidade para a saúde pública.

Nossa análise se insere em reflexões que consideram uma cultura sexual particular, matizada por performances relacionadas ao gênero interseccionadas com à idade, classe social, raça/etnia, (d)eficiências corporais, soropositividade, aportes sociais, so-

ciabilidades e status da visibilidade das identidades. O estudo alia o trabalho de análise (aproximada aos estudos entográficos) dos espaços que apresentam possibilidades de práticas sexuais (incluindo-se a consumação sexual) a um questionário auto-preenchível, dividido em três módulos: a) perfil de identidade de gênero; b) violência; e c) sexualidade e saúde. A amostra consiste em $n = 402$ (questionários válidos), disponibilizados em 15 estabelecimentos comerciais da cidade, inseridos no Roteiro Gay (estrato de 7 videolocadoras e 5 saunas, excluídas aquelas do total da amostra analisada as de frequência de garotos de programa –homens profissionais do sexo). Desta forma, os espaços foram agrupados em duas modalidades de ofertas de serviços: sauna e videolocadoras (estabelecimentos que oferecem a exibição de filmes anunciados como pornô e eróticos –em salas de exibição coletiva ou individuais. Alguns entre estes oferecem quartos escuros e labirintos). Ambos, como já indicado, são espaços que promovem e ou são “tolerantes” diante de distintas práticas de experimentações da sexualidade entre HSH e “gays”; bem como às sociabilidades, inclusive, promovendo festas e shows envolvendo repertórios das culturas LGBT (strippers, drags, transformistas e travestis).

Os resultados desta pesquisa, além de possibilitarem certo alargamento das condições de análise sobre o contexto local no âmbito das práticas sexuais, auxiliam-nos na formulação de propostas dirigidas à população de homens, especialmente aqueles que usufruem de espaços de socialidade tidas como orgiásticas (Maffesoli 1981:241; Terto 1987:101). As análises deste material não estão restritas a este relatório, oferecendo-nos de outra parte a possibilidade de maiores aprofundamentos sobre os dados produzidos em diálogo com o campo das políticas de prevenção e de promoção à saúde da população LGBT.

Este trabalho se insere na perspectiva de fornecer elementos de argumentação crítica para o movimento no campo da reivindicação, formulação e implementação de políticas, aqui particularmente aquelas relacionadas ao campo da saúde no seu aspecto mais ampliado. Não é nosso intuito fazer uma análise das estratégias do movimento LGBT brasileiro, tampouco temos possibilidades de aprofundar o trabalho das políticas públicas que alcançam interseccionalidade com as questões de gênero e sexualidade, mas em estando atentos aos perigosos meandros das políticas de identidade, fornecermos ferramentas conceituais e metodológicas que possam colaborar no processo de enfrentamento à discriminação e na promoção da cidadania sexual e a democracia.

2. DERIVAS DE UMA PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Temos a compreensão dos limites da proposta metodológica deste estudo, que recorre dentro de suas possibilidades de sua realização a um modelo mais tradicional e que apresenta significativos desafios de análise. De toda sorte, a partir do “quadro duro” das representações que podem aparecer nessa forma de pesquisa, regulada pe-

las normas quantitativas e restritivas de categorias, ensaiamos aqui uma possibilidade de leitura crítica sobre os dados produzidos, o terreno de pesquisa e as ferramentas conceituais.

De nosso ponto de vista estes espaços referendados como “orgiásticos” (envolvendo jogos de (homo)eroticidade e de consumação sexual) e que tomamos como campo material para uma análise sobre a sexualidade, podem eles ser compreendidos também como artefatos culturais. Isto é, no sentido em que agenciam/tensionam e resignificam representações postas na cultura acerca das formas de sociabilidade, da sexualidade e do corpo. Acreditamos assim que desponta a partir desse terreno “ardente dos prazeres” uma ampliação nas formas de compreensão dos objetivos deste estudo, pois a partir do entendimento de quais são os discursos que estão sendo materializados nestes artefatos, questionamentos podem ser acionados sobre as formas de se experimentar estes lugares e de pensar o corpo, o gênero e a sexualidade. Podendo dessa forma esses espaços produzirem não raras “alianças” táticas para a reversibilidade das posições de assujeitamento e abjeção do corpo e das formas de produção de prazer. No entanto, a pergunta que deriva desta aposta é: algo nesses espaços pode agenciar forças subversivas ou que digam respeito a uma sorte de ascese direcionada a uma contestação para além do espaço de sua experimentação “protegida”? Esses espaços representados como zonas de abjeção –julgados e determinados como as zonas inóspitas e inabitáveis da vida e “isolamento social” –podem apontar para possibilidades de res/significação do corpo, do gênero e da sexualidade e/ou mesmo estourar as significações normativas do corpo amarrado ao gênero e este regulador da sexualidade?

Cabe-nos salientar que nossa idéia aqui não foi a de fazer uma taxonomia dos agentes das práticas ou mesmo um inventário das práticas agenciadas nestes espaços e/ou dos próprios artefatos culturais como planos fechados de análise e como “espelho” da realidade. Mas, seguindo os passos de Daniel Werzer-Lang (1994), procuramos colocar em problematização o campo mesmo das possibilidades dessas práticas e dos movimentos de tensão das identidades: as continuidades e descontinuidades dos discursos que produzem estes corpos e as significações da sexualidade e como se materializam os discursos. Como aponta Werzer-Lang (1994) de certo modo bastaria pesquisar em lugares de consumo sexual para que nos déssemos conta da ineficácia das classificações e um pouco disso foi o que fizemos aqui –reportamos os limites de operar com as classificações, embora elas exibam ao mesmo tempo a incondicionalidade: conhecer para intervir.

Nossa busca é pelos movimentos que se articulam no sentido do confronto entre as práticas de reiteração das representações de masculinidade e as práticas do prazer. Pressumos deste modo que não há uma hegemonia permanente e duradoura que conforme o gênero e que este se desestabiliza e pode até, certo modo, “desaparecer” nos jogos do prazer. O que insinuamos é que talvez seja possível pensar em movimentos de desgenirificação do corpo –desfazer o gênero, como sugere Judith Butler, pois, “o

gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e de feminino são produzidas, mas ele poderia muito bem ser o dispositivo pelo qual estes termos são desconstruídos e desnaturalizados” (Butler 2004:59).

A aqui aposta é na problematização de que as “escapadas” no exercício da sexualidade permitem pensar uma certa “desestabilização” das representações de gênero e da regulação do corpo.

3. VIOLÊNCIA, SAÚDE E SEXUALIDADE: SUSSURROS EM SAUNAS E VIDEOLOCADORAS.

Os dados produzidos neste estudo nos deram condições de formular um fotografia momentânea e bastante geral dos homens que utilizam espaços comerciais como saunas e videolocadoras para o exercício e experimentações da (homo)sexualidade. Do total dos 402 questionários válidos, 398 correspondem à frequência de pessoas identificadas (sexo) como homens e 4 de mulheres, considerando-se neste grupo a presença mais comum de travestis.

Em relação às identidades auto-atribuídas pelos informantes 33,2% disseram ser “gays”, 24,1% homossexuais e 9,5% entendidos. Bissexuais correspondem a 18,6% e entre travestis e transexuais 0,8% da amostra. E 8,3% dos informantes recusaram-se a definir por categoria de identidade sexual. Ao oferecermos categorias distintas para uma mesma “orientação sexual” criamos um lócus de reflexão sobre as possibilidades de significação política que cada informante atribui a experiência da sexualidade entre parceiros de mesmo sexo. Assim, categorias como “gay” podem estar associadas a representações reiteradas em mídias e em políticas de identidade, considerando-se uma possibilidade de associação entre esta identidade interseccionada por elementos discursivos presentes em hábitos de consumo e estetização da identidade sexual de forma “globalizada”.

De outra parte, a adoção de categorias mais aproximadas a modelos clínicos como aquela expressa na representação “homossexualidade” pode indicar certa virada linguística –na sua dimensão de política afirmativa–, como bem acolher a idéia de uma representação da homossexualidade como patologia ou dado de natureza, seguindo o modelo oitocentista referencial de sua produção. A expressão “entendido” aponta para um conceito que cruza os movimentos relativos às políticas de identidade LGBT, inicialmente comportando uma experiência de código e de clandestinidade. Seguramente a expressão poderá ser observada com frequência em sujeitos informantes de maior idade, bem como estar relacionada à classe social e até mesmo de localidade –local de residência.

O fator geracional e as idades da vida estão seguramente associados às articulações na produção e manutenção destas identidades. Já a presença das identidades travesti correspondem à construção de representações de corpo associadas às feminilidades referendadas na modificação de atributos físicos e posições gendradas em papéis sociais

“imaginados” para o gênero. A bissexualidade está presente no contexto da produção dos dados da pesquisa e oferece-nos boas condições de discussão sobre as possibilidades de compreendermos este conceito a partir de identidade de gênero ou de uma prática sexual. A população de heterossexuais, conformando o referente à categoria HSH, é significativamente presente nestes espaços, sobretudo em videolocadoras.

No entanto, suspeitamos que a participação destes no estudo tenha sido “tímida”: uma das possibilidades desta afirmação encontra acolhida na perspectiva de que alguns dos proprietários dos estabelecimentos mantêm a idéia de que oferecer a estes freqüentadores referências de materiais dirigidos a homossexuais poderia ser motivo de constrangimento e de afastamento destes clientes dos estabelecimentos. Neste instante, podemos iniciar uma brevíssima consideração de que há muitas formas de negociação institucional para que estes clientes possam acessar a insumos e materiais de prevenção.

Os freqüentadores destes espaços, majoritariamente homens, auto-atribuíram-se, dentro das categorias indicadas pelo IBGE, as seguintes representações de cor e raça: 78% deles informaram serem brancos, 9% indicaram cor preta e 34% disseram ser pardos. Informantes para a categoria “indígena” correspondem a 6% do total e um informante agregou etnia judaica.

A idade média da população entre os informantes é entre 30 e 40 anos, de onde 104 disseram ter entre 21 e 30 anos; 131 entre 30 e 40; 94 entre 40 e 50; e 53 entre 50 e 60 anos. 11 informantes comunicaram ter entre 16 e 21 anos.

O nível de escolaridade informada indica que a maioria dos freqüentadores desses espaços (a que acostamos a referência no discurso “gay” como lugares de pegação) está cursando ou ainda já concluiu o curso superior, seguido por um alto percentil de informantes que concluíram o ensino médio. Dessa maneira, destacamos a presença de poucos informantes com pouca ou nenhuma escolaridade na amostra geral da pesquisa. Conectado a esse elevado nível de instrução dos freqüentadores de saunas e videolocadoras, percebemos que a remuneração entre os participantes aponta para valores mensais acima de 2.000,00 ressaltando que mais que a metade dos informantes recebe mais que 1.000,00 mensais (o valor do salário mínimo regional para o ano de 2008, no mês da pesquisa, foi de R\$ 415,00 (em junho de 2008). Com isso, cabe salientar que o perfil de usuário de estabelecimentos como saunas eleva o valor de renda, considerando-se que geralmente estes espaços demandam mais recursos e também porque podem estar interseccionados por moralidades de classe social.

O local de moradia da população pesquisada corresponde 72,1% de residentes em Porto Alegre (aproximadamente 1.500.000 habitantes) e de 18,4% na região metropolitana (aproximadamente 4.000.000 habitantes). Residentes no interior correspondem a 3,7% e moradores da região do Vale do Rio dos Sinos (região que alcança o espaço metropolitano e possui aproximadamente 1.300.000 habitantes), 2,4%. Informantes que residem em outros estados representam 2,9%.

Além disso, a pesquisa avaliou juntamente a co-habitabilidade dos informantes a fim de traçar um perfil mais consistente dos frequentadores dos espaços. A grande maioria dos informantes vive sozinha. Um significativo grupo de pessoas indica que habita a casa dos pais; já, em menor escala, os informantes vivem casados com outro homem ou ainda casados com uma mulher. Entre os participantes da pesquisa, a maioria revela que já assumiu sua orientação sexual para amigos e para familiares. Em menor número estes teriam divulgado para colegas de trabalho, escola e profissionais da saúde. Um percentil pouco significativo não teria tornado pública sua orientação sexual a ninguém.

O bloco destinado a avaliar situações de violência envolvendo os informantes de saunas e videolocadoras indica que em torno de 13,7% destes já foi alvo de agressão verbal ao menos uma vez e cerca de 17% foi alvo 4 ou mais vezes. Os agressores na maior parte foram indicados como sendo pessoas realmente muito próximas do cotidiano dos informantes: vizinhos, seguidos de colegas de trabalho e amigos. Em um menor escala aparecem policiais e desconhecidos. Passaram por situações de agressão física, ao menos uma vez, 10,2% dos informantes; e 5,2% de duas ou três vezes. 76% dos informantes não indicaram ter sido vítimas de agressão física. No contexto da agressão física, os policiais e desconhecidos figuram entre os principais autores de agressão. De outra parte, a proximidade não significa “proteção”: são os amigos e parceiros são também lembrados pelos informantes em um menor número, como autores de situações de violação física. Dentre os locais onde as situações foram deflagradas, tanto na violência física e verbal, os espaços públicos figuram em primeiro lugar pelos informantes, seguido pelo ambiente de trabalho/estudo e recinto domiciliar. Do total de 195 informantes que indicaram algum tipo de violência –agressão física, verbal e/ou constrangimento– somente 11,8% fizeram denúncia e 88,2% não o fizeram. Dos casos denunciados destaca-se a agressão verbal, seguida de agressão física e constrangimentos. Mais que a metade das denúncias foram feitas em delegacias de polícia, seguidas por denúncias no Ministério Público e outras instâncias públicas. É interessante destacar que um percentil significativo de denúncias foram registradas inicialmente no Serviço de Assessoria Jurídica do nuances.

No bloco “sociabilidades”, as saunas são ocasionalmente frequentadas por 34,3% do total de informantes da pesquisa. A internet possui significativo índice de “frequência rara”, com 30,3% dos informantes que indicaram jamais utilizar este espaço. Sobre a frequência em bares e boates observamos que 36,1% dos informantes, raramente visitam estes locais. Jamais frequentam parques e praças para pegação (dragage) 36,6%, tendo um número de rejeição ainda maior que a internet.

O módulo relativo às práticas sexuais nos mostra que o número de relações médias nos últimos dois meses é de 1 a 3 relações com parceiros homens, para 45,4% dos informantes. Seguido de 3 a 5 relações médias para 14,3%. Com mulheres, as relações médias de 1 a 3 vezes foi indicada por 8,5% dos informantes. Já o número de parcei-

ros por semana, em média, conta com as seguintes evidências: menos de 2 parceiros, 36,6%; de 2 a 4, 30,8% e de 4 a 6, 10%. Somente uma minoria pouco significativa dos informantes comunicou ter entre 10 e 12 parceiros semanais.

Os locais mais indicados para o encontro de parceiros são para um número significativo de informantes a rua, os parques e outros espaços públicos, seguido por videolocadoras, bares e/ou boates. Já em menor escala os informantes se utilizam de serviços telefônicos, internet ou ainda de anúncios de jornal para encontrar parceiros.

No âmbito das expectativas em relação ao parceiro estável, os informantes revelam em maior frequência procurar parceiros da mesma faixa etária. A preferência por parceiros mais velhos também merece destaque. No quesito nível de instrução, as exigências recaem para parceiros com o mesmo nível de instrução. Em uma escala menor, mais ainda significativa os informantes indicam gostar de parceiros mais instruídos que eles próprios. Fazendo um paralelo com esses dados temos que em relação ao poder aquisitivo um número consistente de informantes prefere parceiros na mesma faixa de renda, seguido por uma amostra consistente de informantes que gostariam que seu parceiro fosse “melhor remunerado”. No entanto ainda mais que a metade dos informantes revela que prevalece a indiferença neste quesito.

Ao considerarmos a interseccionalidade raça e etnia, obtivemos as seguintes respostas em relação ao que o informante espera do parceiro: a maioria dos informantes considera indiferente a cor/raça de seu parceiro. Já 21,4% prefeririam que o parceiro tivesse mesma cor/raça: seguido de “mais claro” 9,5% e “mais escuro”: 5,2%. E em relação às performances de gênero: a metade dos informantes desejaria que seu parceiro se parecesse consigo, seguido por um número expressivo de informantes que teriam preferência por um parceiro mais masculino. Somente 2,7% indicaram preferir um parceiro mais feminino.

No âmbito das conjugalidades, a maioria dos informantes deseja um parceiro “fiel” ou ainda “discreto se não for fiel” apontando para um ideal romântico de conjugalidade. Em menor número mais ainda significativo, alguns informantes revelam o desejo de compartilhar suas aventuras com o parceiro e ainda fazer sexo conjuntamente com outras pessoas.

Em relação à saúde 67,9% dos informantes dizem usar preservativo com o parceiro estável “sempre”; 9% “frequentemente”, 7,2% “raramente” e 6% “jamais”. Já com parceiros ocasionais 83,3% indicam sempre usar preservativo, 5,5% frequentemente, 3,5% ocasionalmente e somente 2,7% raramente ou jamais.

Perguntados sobre a realização de um teste para HIV, a maioria dos informantes comunica ter feito o teste muitas vezes e seguido por um percentil menor, mas ainda significativo de informantes que realizaram o teste somente uma vez. 1,5% informaram não pretender fazer o teste e 22,4% nunca fizeram. Já em relação à sorologia: 55,7% dos informantes dizem ser soronegativos, 18,4% não sabem de sua condição sorológica, 8% não querem saber e 11% sabe de seu status sorológico para o HIV.

Quem fez o teste indicou as seguintes motivações: 23,3% para verificar regularmente a sorologia, 14,4% depois de um problema de saúde, 13,1% depois de uma campanha de informação e de sensibilização e 9,5% seguidos de relações sexuais consideradas de risco. Ao anúncio da soropositividade de um parceiro “tiveram motivação para o teste” e “depois de ter relações não protegidas com parceiros estáveis”, somam-se 8% das motivações. Depois de uma situação de violência sexual ou relação não consentida, 1,3% indicaram fazer o teste. E por motivo de doação de sangue, 0,7% dos informantes.

Sobre a aquisição de preservativos, a maioria dos informantes compraria ou ainda os encontraria disponíveis em saunas, boates e videolocadoras. Um menor número de informantes buscaria os preservativos em um posto de saúde ou ainda em ONGS ou associações comunitárias.

4. TRANSANDO CONSIDERAÇÕES

O roteiro de espaços de sociabilidade que promovem ou que são permissivos à consumação sexual em Porto Alegre conta com grande oferta: são saunas, com ou sem a presença de profissionais do sexo; videolocadoras (algumas com a disponibilização de cabines, quartos escuros, corredores, até a promoção de espetáculos eróticos e/ou situados na cultura LGBT); cinemas pornôs; bares e boates, sem contar os espaços públicos tidos como “clandestinos” como parques, praças e banheiros públicos.

Alguns teóricos e ativistas creditam a alguns destes espaços a idéia de guetos e de clandestinidade ou ainda como territórios “protegidos” das regulações e violências heterossexistas e homofóbicas (Pollak, 1987:59; Costa 1992a:144). De outra forma, outros autores nos ajudam a conceber ainda a idéia de que estes espaços se situam como artefatos culturais e representam possibilidades de exercício e experimentação da sexualidade e erotismo (Braz 2007:175-206).

Permanecemos ligados, dessa forma, à perspectiva acerca da problematização sobre a trama normativa sexualidade, gerações (a experiência do tempo vivido em momentos históricos distintos) e idade (a medida cronológica do tempo do corpo). E deste modo colocamos em evidência que neste estudo não se trata da questão de saber o que é verdadeiro ou falso, mas nos permite compreender quais são as regras que determinam o que é verdadeiro ou falso a propósito do sujeito, como nos aporta Michel Foucault em relação à produção dos jogos de verdade (Foucault 1976).

De uma maneira em geral podemos concluir a partir de nossas observações de campo, do nosso envolvimento institucional como integrantes da ONG, desde a posição de pesquisadores, assim como a partir de nossas próprias incursões pessoais, que os dois espaços analisados são marcados por características e formas de regulação internas bastantes distintos. E, embora, aqui o nosso trabalho não tenha como finalidade analisar propriamente estes espaços, seria quase impossível compreender as práti-

cas desenvolvidas desde o interior destes locais sem considerar a dimensão da estética e das políticas do prazer que as envolvem em sua arquitetura, localização geográfica, oferta de serviços, etc.

Dadas as particularidades de cada um dos espaços analisados, que não podemos descrever neste espaço limitado do artigo, podemos dizer que os dados coletados e as descrições realizadas sobre estes são relativamente consistentes (considerando-se a problemática referente à restrição de pesquisas quantitativas e em determinadas condições de realização) e possuem elementos para discussões profícuas no campo das experimentações da sexualidade, no jogo das políticas de identidade e para pensar a cultura heterossexista e homofóbica que conjectura mesmo certas dessas praticas.

Acreditamos que ambas as formas de compreensão das sociabilidades que se organizam nestes espaços analisados se articulam para uns e outros atores destas sociabilidades de formas distintas e possuem muitos significados. Havendo assim aqueles que encontram nestes espaços um abrigo às violências e moralidades em torno da sexualidade e outros que encontram aí a consolidação de práticas que definem uma cultura de identidade de gênero.

De nosso ponto de vista, estes territórios (marginais ou estas zonas morais (Perlongher 1987:153) fazem co-habitar múltiplas possibilidades de experimentação e mesmo negociações em torno das moralidades e normas que regulam e ou fixam o corpo ao gênero e à sexualidade (Butler 1990:67; 2005:19-20). E que em certa medida podem ser expressas nas representações de masculinidade = atividade e passividade = feminilidades, que podemos perceber sendo tensionadas nestes espaços de sociabilidade.

Outra perspectiva que podemos acolher desta análise é que estes espaços exercem na regulação do gênero e na manutenção dos binarismos decorrentes do que estamos denominando de pedagogias de gênero e sexualidade (Louro 2000:32-33): formas de ensinar e aprender sobre o gênero (como ser masculino ou feminino, como ser homem ou como ser mulher) e sobre a sexualidade (o prazer). Os espaços denominados saunas e videolocadoras acolhem, reproduzem e re-significam representações disponíveis na cultura acerca do prazer e do corpo. E considerando-se que estes espaços são “práticas de representação, inventam sentidos que circulam e operam, nas arenas culturais onde o significado é negociado e as hierarquias são estabelecidas” (Costa, Silveira et al. 2003:23).

É importante ressaltar ainda que em muitos dos espaços que contribuíram para a pesquisa encontram-se ainda mensagens de prevenção disponibilizadas através de materiais de informação ofertados por ongs, geralmente gays, que tensionam e/ou reforçam algumas representações e estigmas ligados ao gênero e à sexualidade. Desta forma, acreditamos que muitas interseccionalidades como aquelas relacionadas à idade geracional, classe social, aspectos da cultura étnica e racial, de políticas de identidade e das identidades disponíveis em torno das representações da sexualidade, acesso à escolarização, o

segredo em torno da vida sexual, entre outras, se apresentam nestes espaços e são negociados e tensionados, compondo as cenas sexuais e cercando as práticas sexuais.

Por isto, ressaltamos os tênues limites no campo das campanhas de prevenção, ao desconsiderarem aspectos importantes nos processos relativos à diversidade e às tensões abertas no campo das experimentações da sexualidade, quando reportam-se em seus materiais à representações fixas das diversas sexualidades minoritárias, como modelos de representação fechados em sistemas de classe social e raça/etnia hegemônicos. Ou ainda, quando estes materiais não acompanham a diversidade de representações da masculinidade e os jogos de poder que acentuam as condições ou não para a compreensão acerca das práticas sexuais. Uma idéia que pode ser corroborada por Rommel Mendès-Leite (2003:207) corrobora quando afirma que existe uma diversidade de categorias, de papéis, de comportamentos e de identidades “homossexuais”, que variam de acordo com as regiões, os nichos sociais, as faixas etárias e que é evidente que esta diversidade é móvel e se transforma ao curso do tempo e ao grau das mudanças sociais. Sobre tudo nos espaços que acolhem múltiplas possibilidades e distintas formas de vivência da masculinidade, interseccionada por regionalidades, raça e etnia, classe, demandam formas de diálogo na prevenção e olhares sobre o viver com o HIV/AIDS e acerca de outras DST's acreditamos que as formas de endereçamento das mensagens preventivas talvez devam considerar que são restritas às representações expressas em categorias de identidade e referências corpóreas.

De outra parte, podemos sublinhar, a partir dos estudos de Veriano Terto JR (2008), que determinados modelos nomeados comportamentais (e que utilizam de formas de representação da sexualidade prescritas à identidade ‘gay’) utilizados no enfrentamento à epidemia restam insuficientes hoje em dia, sobretudo porque nos deparamos com um terreno que práticas que mobilizam representações sociais que estão mais para o tráfico de significados do que propriamente para a gestão de sentidos atribuídos à sexualidade e às identidades que se movimentam.

Segundo Terto Jr: “Nesse sentido, outros modelos vêm orientando as intervenções, chamando a atenção para questões mais estruturais, como a situação socioeconômica e o respeito de direitos civis, e para fatores, como a opressão sexual, violência familiar e policial, racismo, nível de escolaridade, entre outros; vêm também, de forma isolada ou em sinergia, determinando a vulnerabilidade ao HIV/AIDS e também a outras doenças.”(2008: s/n). O que significa dizer que não somente a forma de abordagem e intervenção deve ser analisada, como também os significados atribuídos às identidades gendradas e sexualizadas nos terrenos a intervir, assim também que racializadas. As representações que puderam servir para o enfrentamento e para a consolidação de uma reação anti-homofóbica na trajetória da aids, hoje apresentam outros desafios, especialmente relacionados ao escorregadio terreno das práticas e sociabilidades e ao movimento sinuoso das identidades, constantemente contestadas, ressignificadas, negadas et/ou “traficadas”. Imagens reportando homens gays, brancos e jovens e vivendo socia-

bilidades fundadas em vidas sociais distantes da vida real de muitos homens que não se reconhecem nesses modelos ou mesmo que eventualmente se aventuram por práticas homossexuais, não ajudam mais do que garantir e reforçar representações normativas e dificilmente eficazes no enfrentamento à homofobia e ao heterossexismo.

Os dados produzidos nesta pesquisa evidenciam ainda a diversidade de representações identitárias, geracionais, de classe social e as trajetórias de acesso às políticas de prevenção. O estudo traz dados relevantes sobre as formas de conjugalidade e expectativas dos informantes em relação aos seus pares/ companheiros/ras neste modelo de relação e como estas dimensões se relacionam com as práticas sexuais. Desta forma, pudemos observar a relevância de modelos reiterados nas formas de viver o gênero e a sexualidade que em alguns casos evidenciam a idéia de uma homonormatividade: uma norma homossexual - indicando outras formas de exclusão e/ou de manutenção das regulações em torno dos binarismos de gênero e da sexualidade tida como normal, no cruzamento com idade, raça/etnia, (d)eficiências corporais, o status sorológico para o HIV ou o viver com AIDS e a classe social.

Outro indicador importante do estudo diz respeito à visibilidade das identidades em sua relação com a violência heterossexista e homofóbica, bem como os caminhos de acesso à justiça. Interseccionados a isto: classe social, raça e etnia e escolarização, aliado a identidade ou forma de se auto-representar contam para as situações de exposição e de enfrentamento no caso de uma violação. Se de uma parte as identidades menos “políticas” significam certa proteção, revelam que as formas de enfrentamento em uma situação em que esta identidade seja “revelada” são mais complexas.

Complexidade parece-nos ser a expressão que embala o cotidiano de muitos homens no exercício da sexualidade em espaços de sociabilidade orgiásticas. Na trama complexa das práticas sexuais descortinam-se moralidades que passam pelas interseccionalidades que apontamos, mas também a possibilidade do difícil acesso a uma população que não conjuga das políticas identitárias que ainda perpassam muitas das políticas de saúde, mas que sentem-se confrontadas com o exercício de suas prática no instante em que uma pesquisa como essa chega até eles. Pudemos observar nos relatos dos espaços destinados no final do instrumento de coleta de dados que as reações passam da relevância e da implicação dos participantes no processo de conhecimento sobre a sexualidade até a hostilidade de quem é, de certa forma, flagrado no exercício de práticas marcadas socialmente por diversas moralidades.

Consideramos finalmente que este estudo é provisório e restrito e que muitas leituras podem ser abertas a partir da revisão dos dados, permitindo-nos avançar um pouco mais nesta “nebulosa” cena do exercício da sexualidade na trama com o gênero. Muitos ainda são os desafios que temos no sentido de revisitarmos as concepções normativas em torno do gênero e da sexualidade, como condição para a ampliação e a eficácia de ações de prevenção no campo das DST, HIV e da AIDS e como condição fundamental para a garantia e efetividade da democracia.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAZ, ALBUQUERQUE DE C. (2007) “Macho versus Macho: um olhar antropológico sobre práticas homoeróticas entre homens em São Paulo” en *Cadernos Pagu* (28), 175-206.
- BUTLER, J. (1990) *Trouble dans le genre. Pour un féminisme de la subversion*. París: Éditions La Découverte, 2005.
- _____. (2004) *Defaire le genre*. París: Éditions Amsterdam, 2006.
- _____. (2005) *Humain, inhumain. Le travail critique des normes*. Entretiens. París: Éditions Amsterdam.
- COSTA (A), FREIRE J. (1992) *A inocência e o vício. Estudos sobre o homoerotismo*. Río de Janeiro: Relume-Dumará.
- COSTA, VÖRRABER M; SILVEIRA, HESSEL, R; SOMMER, L. (2003) “Estudos culturais, educação e pedagogia” en *Revista brasileira de educação* (23), 36-61.
- FLEMING CAMARA VALE, A. (2000) *No escurinho do cinema: cenas de um público implícito*. São Paulo: AnnaBlume.
- FOUCAULT, M. (1976) “La fonction politique de l’intellectuel” en *Dits et écrits II, 1976-1988*. París: Gallimard.
- _____. (1984) “Michel Foucault, une interview: sexe, pouvoir et la politique de l’identité” en *Dits et écrits II, 1976-1988*. París: Gallimard.
- KIMMEL, M. (1998) “A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas” en *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, (4), 103-117.
- LOURO LOPES, G. (2000) “Pedagogias da sexualidade” en *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* de Louro Lopes (org.). Belo Horizonte: Autêntica.
- MAFFESOLI, M. (1981) *L'ombre de Dionysos. Contribution à une sociologie de l'orgie*, Ouverture de la première édition. París: CNRS Editions, 2010.
- MENDÈS-LEITE, R. (2003) «Sens et contexte dans les recherches sur les (homo) sexualités et le sida: réflexions sur le sexe anal» en *Homosexualités au temps du sida. Tensions sociales et identitaires* de Bronqua, Lert, Souteyrand (eds.). París: ANRS et CRIPS.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. UNGASS (2008) “Resposta Brasileira 2005-2007”. *Relatório de Progresso do País*, Brasília: MS.
- PERLONGHER, N. (1987) *O negócio do Michê. A prostituição viril*. SP: Brasiliense.
- POLLAK, M. (1987) “A homossexualidade masculina, ou: a felicidade no gueto?” en *Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade* de Ariés y Béjin (eds.). São Paulo: Brasiliense.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (2008) *Anais da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania GLBT*, Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- TERTO JR, V. (1987) *No escurinho do cinema. Socialidade orgiástica nas tardes cariocas*, (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, PUCRJ.
- _____. (2008). “Homossexualidade e saúde desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS”. Texto disponible en <http://www.portaleducacao.com.br/medicina/artigos/5883/homossexualidade-e-saude-desafios-para-a-TERCEIRA-DECADE-DE-EPIDEMIA-DE-HIV-AIDS>.
- WERZER-LANG, D. (1994) “L’homophobie: la face cache du masculin” en *La peur de l’autre en soi: du sexisme à l’homophobie* de Werzer-Lang (org), Montreal: VLB éditeur.